

entrelinhas

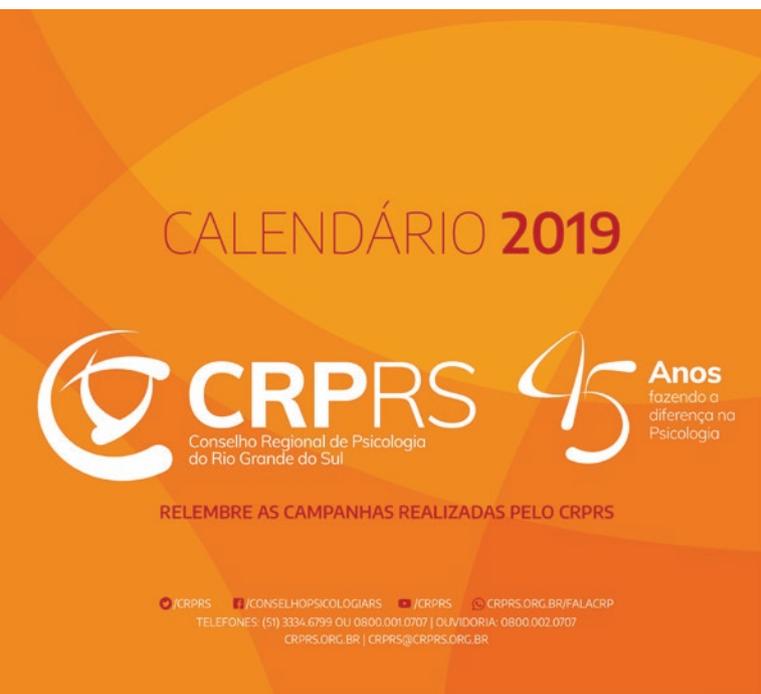
ano XVIII | nº 80 | set/out/nov/dez 2018



Na sua prática psicológica: onde estão os direitos humanos?



Calendário 2019



Todas/os psicólogas/os regularmente inscritas/os e adimplentes receberão até janeiro, pelos Correios, o Calendário 2019 do CRPRS. O material, neste ano, destaca as principais campanhas de orientação à categoria desenvolvidas nos últimos anos pelo Conselho. Caso você não tenha recebido, entre em contato com o Conselho pelo (51) 3334.6799 ou 0800.001.0707 ou pelo e-mail comunicacao@crprs.org.br.



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO **CRPRS**
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

O Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicólogo Cleon dos Santos Cerezer, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

à psicóloga Gabriela Pereyra Tizeli, CRPRS/14.677 por infração ética ao artigo 2º, alíneas “a”, “j” e “o” do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Porto Alegre, 06 de dezembro de 2018.

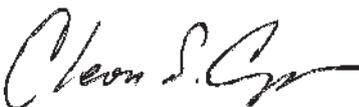
Editorial

Em tempos de extremismos e diante de riscos de retrocessos na garantia de direitos, o CRPRS resgata nesta edição da revista EntreLinhas um tema de extrema importância para a Psicologia: os Direitos Humanos. Independentemente da área de atuação da/o psicóloga/o, pensar em o exercício profissional dissociado desse tema é não respeitar o nosso próprio Código de Ética. Será que é preciso lembrar que conceitos defendidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos – que completa em dezembro 70 anos – sustentam nosso aparato legislativo? Respeitar os direitos humanos é uma prerrogativa do exercício profissional da/o psicóloga/o e, por isso, propomos na reportagem de capa uma reflexão sobre como os direitos humanos estão presentes em nossas práticas.

Nesta edição também destacamos o tema da Avaliação Psicológica e sua vinculação com o desenvolvimento infantil na entrevista com a psicóloga Denise Ruschel Bandeira; orientações sobre a inclusão da Psicoterapia no rol de procedimentos oferecidos pelos planos de saúde; mudanças da nova versão da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 11).

Também não deixe de conferir o encarte especial com os principais momentos que marcaram o primeiro Encontro Gaúcho da Psicologia, uma iniciativa desta gestão que deverá entrar para o calendário oficial da Psicologia no Rio Grande do Sul. Foram três dias de debates reunindo mais de 800 participantes, 11 instituições e com a apresentação de 99 trabalhos no formato de pôsteres. Vale a pena lembrar esses momentos.

Aproveitamos para desejar boas festas a todas/os e convidá-las/os para seguir conosco, em 2019, ampliando conquistas e avanços para nossa profissão. Lembrando que os preparativos para o 10º Congresso Nacional da Psicologia já começaram com a realização dos Pré-Congressos Regionais da Psicologia. Informe-se sobre a agenda em região. Aproxime-se das ações do CRP e participe!


Cleon dos Santos Cerezer
 Presidente do CRPRS

02 EDITORIAL E NOTAS

Calendário 2019

04 FIQUE ATENTO

CNP | Eleições | Pague a anuidade com desconto

05 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Atendimento a famílias doadoras de órgãos

06 REPORTAGEM PRINCIPAL

Na sua prática psicológica: onde estão os direitos humanos?

12 ENTREVISTA

Devemos conversar mais com nossas crianças

ENCARTE

Encontro Gaúcho da Psicologia

16 DICAS CULTURAIS

Dicas de atividades culturais

17 DIA A DIA PSI

Diálogo entre a Nutrição e a Psicologia

18 PSICOLOGIA E PESQUISA

Organização Mundial da Saúde lança nova Classificação Internacional de Doenças

20 ORIENTAÇÃO

Psicoterapia complementar requer cuidados

22 VOCÊ SABIA QUE...

Divisão geográfica de nosso estado em sede, subsedes e polos

23 ATIVIDADES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

Programa-se



05



CAPA 06



12



Encontro celebra a Psicologia



17



18



20



22

Expediente

Publicação quadrimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial:

Ângelo Brandelli Costa, Fernanda Facchin Fioravanzo e Letícia Giannechini

Jornalista Responsável: Aline Victorino – MTb 11602

Edição: Flávio Ilha

Edição digital e editoração

eletrônica: Ênfato Multicomunicação

Projeto gráfico: Giornale Comunicação

Ilustrações: Paulo Bevilacqua

Impressão: Gráfica CS Eireli

Tiragem: 4.500 exemplares

Distribuição gratuita

crprs.org.br

twitter.com/crprs

facebook.com/conselhopsicologars

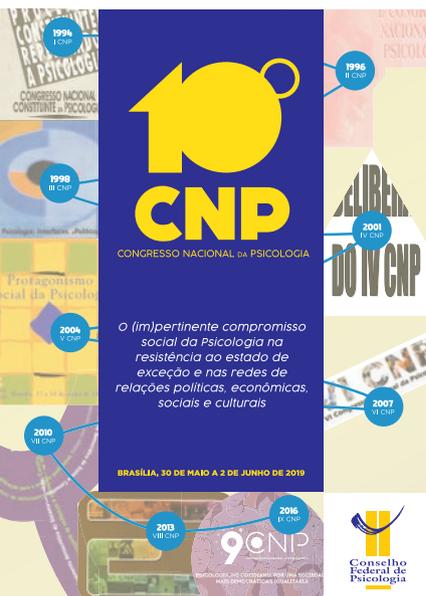
youtube.com/crprs

Comentários e sugestões:

imprensa@crprs.org.br

(51) 3334.6799 | 0800.001.0707

10º CNP e COREP



O Sistema Conselhos de Psicologia promove a cada três anos o Congresso Nacional da Psicologia (CNP), instância máxima que discute e delibera políticas prioritárias para o próximo triênio, ou seja, para as próximas gestões dos Conselhos Regionais e do Federal. Em 2019 acontecerá o 10º Congresso Nacional da Psicologia, de 30/05 a 02/06, em Brasília.

No Rio Grande do Sul, o 10º Congresso Regional da Psicologia será realizado em Porto Alegre nos dias 05 e 06/04. Para participar é preciso ter sido eleito/a delegada/o em um dos Pré-Congressos, que acontecem até março de 2019. A agenda está disponível em crprs.org.br/cnp.

O 10º CNP tem como tema “O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais”. Os eixos do 10º CNP são:

- Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos
- O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos
- Do Exercício Profissional

Acesse crprs.org.br/cnp para conferir agenda de Pré-Congressos e participe!

Eleições 2019

Em agosto de 2019 será realizado o processo eleitoral para escolha das gestões que estarão à frente do Conselho Regional de Psicologia e do Conselho Federal de Psicologia nos próximos três anos. A grande novidade é que, neste ano, o processo será 100% online. O voto é obrigatório a todas/os psicólogas/os com menos de 70 anos. Para votar, é preciso estar em dia com o CRPRS e com o endereço de e-mail atualizado. Em breve o CRPRS irá divulgar mais orientações sobre o processo.

-> A/O profissional que não estiver em dia com o pagamento da anuidade 2018 ou anteriores deve contatar o setor de Cobrança, pelo e-mail fiqueemdia@crprs.org.br ou pelos telefones (51) 3334-6799 ou 0800.001.0707 para regularizar sua situação.

-> Para conferir se seu e-mail está atualizado no Cadastro, acesse crprs.org.br/meucrp ou entre em contato com o setor de Cadastro pelos telefones (51) 3334-6799 ou 0800.001.0707.

Anuidade 2019

Psicólogas/os receberão em janeiro, pelos Correios, duas opções de boletos para pagamento da anuidade 2019:

-> **1ª opção:** Boleto com vencimento em 31/03 para pagamento em cota única (R\$ 532,60), com opção de pagamento até 31/01 com 10% de desconto (R\$ 479,34).

-> **2ª opção:** Boleto com vencimento em 31/01 para pagamento da primeira parcela (R\$ 106,52), de um total de cinco no mesmo valor, caso opte pelo parcelamento.

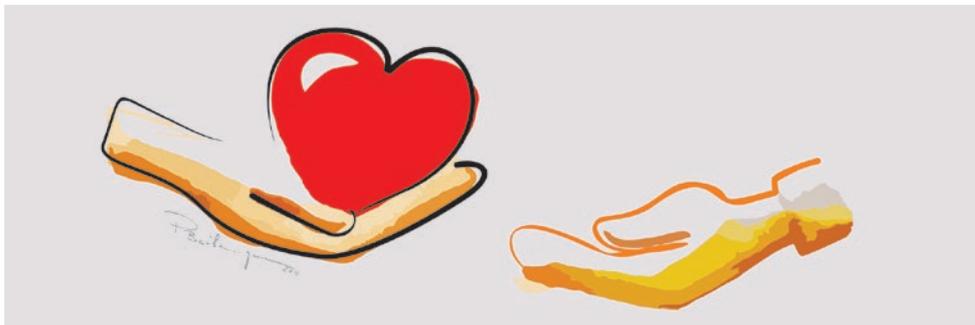
Aqueles que optarem pelo pagamento parcelado receberão, em fevereiro, os demais boletos para quitação até o último dia de cada mês.

Quem desejar pagar à vista em fevereiro, com 5% de desconto (R\$ 505,97), deverá acessar o boleto pelo site crprs.org.br/meucrp ou solicitá-lo ao Conselho.

Lembrando que psicólogas/os que optaram pelo recebimento dos boletos por e-mail não receberão a fatura pelos Correios.

Dúvidas? Entre em contato com o CRPRS pelo email fiqueemdia@crprs.org.br ou pelos telefones (51) 3334.6799 ou 0800.001.0707.

Atendimento a famílias doadoras de órgãos



Sou psicóloga da Secretaria Estadual da Saúde e atuo na Central de Transplantes desde o ano 2000, quando implantei o Serviço de Atendimento Psicológico às Famílias dos Doadores de Órgãos e Tecidos.

O nosso contato com esses familiares, após 20 dias da doação, objetiva a melhor assimilação da perda e informa sobre os órgãos e tecidos aproveitados para transplantes e sobre dados como idade e sexo dos receptores beneficiados. O foco primordial é o atendimento psicológico individualizado aos familiares que autorizaram a doação e a outros membros deste núcleo que necessitem, elucidando dúvidas surgidas em decorrência desse processo. As famílias recebem carta de agradecimento pelo gesto de solidariedade manifestado pelo ato da doação. Há a preocupação em dar atenção especial neste momento de extrema dor, propiciando acolhimento e escuta ativa, e oportunizar aos familiares a expressão dos sentimentos frente à dor e à morte, diante da perda ocorrida de forma geralmente trágica



NAIDA TERESINHA GUTERRES MACHADO
(CRP 07-1997)

Psicóloga
Graduada pela Universidade Católica de Pelotas
naida-machado@saude.rs.gov.br

e repentina, amparando-os e fornecendo-lhes subsídios psicológicos para o enfrentamento dessa situação e da continuidade da vida.

O serviço é oferecido em Porto Alegre, tendo como sede a Central de Transplantes. Com o intuito de promover um atendimento mais humanizado, estamos implantando a descentralização desses atendimentos pelo RS. Os familiares diagnosticados com estresse pós-traumático exacerbado são referenciados à comunidade de sua origem para melhor elaboração do luto complicado, sendo utilizados os serviços já existentes de psicologia nas instituições hospitalares e Centros de Atenção Psicossocial. Nesses atendimentos, os familiares indicam os motivos da doação, que são fazer a vontade do falecido, perpetuá-lo em outra pessoa ou mesmo como o propósito de sua vida.

Apesar do conhecimento da intenção em vida de ser doador, constatamos que existe inicialmente na família uma carga acentuada de culpa, ansiedade, desamparo e angústia. No final das entrevistas observa-se alívio, diminuição do sentimento de culpa e gratificação pelo ato da doação, pois os transplantes dos órgãos de seu ente querido darão vida ou qualidade de vida a muitas pessoas que estavam em lista de espera, ajudando a justificar essa morte, tantas vezes precoce, trágica e inesperada, amenizando a dor e o vazio afetivo.

O atendimento psicológico auxilia a resignificação do luto e o reposicionamento positivo diante da perda, instrumentalizando a família na sua reestruturação emocional e social, tornando a experiência da doação de órgãos mais humanizada e, conseqüentemente, multiplicadora da nobre atitude perante à sociedade.

PARTICIPE! Quer compartilhar sua experiência como psicóloga/o? Envie um relato para imprensa@crprs.org.br

Na sua prática psicológica: onde estão os direitos humanos?

Há 70 anos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) institucionalizou o conceito moderno de direitos humanos fundado na ideia de que cada indivíduo, em qualquer lugar do mundo, é titular de direitos e de dignidade e, em razão disso, merece respeito e proteção. Esses conceitos foram, posteriormente, incorporados à nossa Constituição Federal – que completou 30 anos este ano – e sustentam o próprio aparato legislativo da profissão de psicólogo/a, como o Código de Ética.

O Código de Ética da/o Psicóloga/o – que orienta toda e qualquer prática profissional, independentemente da área de atuação – traz em um de seus pressupostos básicos o indicativo de que o trabalho deve ser embasado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. “Os direitos humanos oferecem um horizonte ético para nortear a atuação profissional, devem ser entendidos como guias para a escolha de nossos modelos teóricos e para a adoção de práticas”, explica o psicólogo Ângelo Brandelli Costa, doutor em Psicologia, professor da PUCRS e conselheiro do CRPRS.

Considerando isso, pode-se afirmar que a Psicologia tem ferramentas para o trabalho de redução de conflitos, comunicação não violenta, habilidades sociais e emocionais, de forma a garantir a segurança social e a paz. Segundo Ângelo, “a profissão possui arcabouço para atuar na mitigação dos efeitos das violações de direitos humanos, desde o trauma psicológico até o trabalho com a memória coletiva em situações de emergências e desastres”. Práticas que se propõem a curar a homo e a transexualidade são exemplos de uma atuação desvinculada dos direitos humanos por produzirem sofrimento ao não atingirem seus objetivos e não reconhecerem a diversidade sexual e de gênero como naturais. “Essa é uma violação do direito a não-discriminação, dignidade,

liberdade e identidade, além da compreensão contemporânea de direitos sexuais enquanto direitos humanos.”

Embora a pauta dos direitos humanos esteja muito associada à diversidade humana, não está restrita a ela. Existem outros direitos fundamentais que têm relação direta com práticas psicológicas em todos os espaços onde as/os profissionais de Psicologia atuam. “Psicólogas/os que atuam nas políticas públicas, sejam elas de Assistência Social, Saúde, Educação e Justiça, por exemplo, devem estar comprometidas/os com o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que versa sobre o direito à subsistência material, já aquelas/es que trabalham nas Redes de Atenção Psicossocial devem atentar para os direitos de liberdade, pensando no cuidado em liberdade e em comunidade. Além disso, o Sistema Conselhos de Psicologia tem se comprometido com os direitos de não-discriminação e de igualdade, de forma a garantir atenção e saúde livres de preconceito para grupos sociais que são socialmente estigmatizados”, afirma Ângelo Brandelli Costa.

Para o procurador da República e professor de Direito da UFCSPA, Paulo Leivas, os direitos humanos estão presentes no dia a dia de todas/os as/os profissionais da saúde. A Bioética, por exemplo – disciplina

obrigatória na formação de muitos cursos da área da saúde – pode e deve ser pensada com base nos direitos humanos: “questões relativas aos princípios bioéticos da autonomia e da justiça podem ser pensadas sob a ótica dos direitos humanos, da liberdade e da proibição de discriminação”. Além disso, as/os profissionais da saúde trabalham com pessoas e grupos vulneráveis especialmente protegidos pelos instrumentos e instituições de defesa dos direitos humanos.

Assim, a/o psicóloga/o deve estar atenta/o ao contexto que leva o sujeito a procurá-la/o, considerando suas condições de inserção no mundo, os processos históricos e sociais que permeiam tal inserção. “O racismo, a violência de gênero, o capacitismo, a lgbtfobia, a criminalização ou estigmatização da pobreza, entre outras formas de exclusão e deslegitimação das diferenças, não são necessariamente assuntos para especialistas em direitos humanos. O desafio está em materializar



esses temas a partir de uma determinada forma de se pensar a violação e a promoção de direitos nas práticas com a subjetividade. Para além dos enunciados legais sobre direitos humanos, precisamos conceber e atuar com as subjetividades num registro de diversidade. Por isso, entendo que é necessário que nossa atuação esteja inscrita em uma defesa do direito à existência na diversidade dos processos imbricados na construção dos contextos violentos ou violadores de direitos em que aquele(s) sujeito(s) está(ão) inserido(s)”, analisa a psicóloga Cristina Schwarz, que atua na Defensoria Pública do Estado do RS e na área da Psicologia Clínica. Para Cristina, os saberes psi são herdeiros epistemológicos da noção de neutralidade. “O efeito disso são práticas que se sustentam sobre um saber psicológico que se enuncia reforçando discriminações, invalidando certos modos de vida ou reificando um modo de ser sujeito que não contempla a pluralidade.”

A pretensa neutralidade da Psicologia também é destacada pela psicóloga Cecília Coimbra, coordenadora da primeira Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia.

Para ela, pensar em direitos humanos não é ser um especialista no tema, é estar vinculado a essas questões de uma forma crítica. “Quando falamos em Psicologia e direitos humanos, queremos pensar uma Psicologia que efetivamente não se desvincule da política, que não se coloque como neutra, como uma coisa abstrata, afastada da realidade. Queremos falar sobre uma Psicologia voltada para a prática na qual está inserida, preocupada com o mundo.”

Cecília Coimbra lembra que os direitos humanos surgiram como uma invenção da burguesia e tiveram seu conceito fortalecido durante a Revolução Francesa e no Pós-Guerra. Diante disso, é preciso pensar em direitos humanos para todos e não somente para alguns segmentos sociais. “Os direitos humanos sempre foram negados àqueles sujeito dito como perigosos e a periculosidade está vinculada à pobreza e à negritude.”

Em 1962, quando a profissão foi criada, a Psicologia nasce com uma marca bem definida: disciplinar sujeitos. “Numa tentativa de despolitização da realidade social, o psicólogo é aquele que vai tratar o interior das pessoas, a essência. O indivíduo é visto

como um ser a-histórico e o profissional psicólogo se coloca como neutro”, lembra Cecília. “A Psicologia, naquele período, andou de mãos dadas com a Ditadura Civil-Militar Brasileira, serviu, com algumas exceções, para rotular, patologizar os militantes políticos da época. É no final da Ditadura, nos anos 1980, que começa a surgir uma Psicologia questionadora que se vincula a alguns movimentos sociais, culminando no final dos anos 1990 com a criação da Comissão de Direitos Humanos pelo CFP.”

No CRPRS, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) passou a existir em 1998 e se mantém ativa até hoje. Essa comissão pautou diferentes demandas relativas à profissão nesse tempo, como a atenção psicológica às populações minoritárias e consideradas em situação de vulnerabilidade, que precisam de proteção, especialmente as crianças e adolescentes, idosos/as, indígenas, negros e negras, LGBTQs. “Sempre se ressaltou a necessidade de descriminalização dos movimentos sociais, fortalecimento de políticas sociais públicas e de escuta qualificada para as pessoas envolvidas em conflitos ligados à terra, à moradia, à violência urbana e rural e aos direitos básicos de sobrevivência”, explica a psicóloga Priscila Pavan Detoni, conselheira do CRPRS e atual presidente da CDH.

A relação entre Psicologia e Direitos Humanos se fortaleceu no Brasil ao final do período da Ditadura Civil-Militar. Para a conselheira Fernanda Facchin Fioravanzo, a participação das/os psicólogas/os em movimentos como o da Reforma Sanitária em defesa do acesso universal à saúde – que deu base à consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) – referenda a luta da profissão pela garantia da dignidade humana. “Quando as/os psicólogas/os passam a se inserir nas políticas públicas, essa relação se evidencia, já que a salvaguarda dos direitos fundamentais é o sustentáculo dessa perspectiva de atuação. Porém, é preciso considerar que as demandas que chegam ao consultório particular, por exemplo, são expressões da questão social que devem ser acolhidas sob a ótica dos direitos humanos.”

Roger Raupp Rios, doutor em Direito e desembargador do TRF4, considera que a Psicologia deve compreender o contexto de vida em sociedade democrática, em que a dignidade de cada um – nas



suas diferenças e semelhanças – e as liberdades sejam afirmadas. “Esse contexto é um pressuposto para que se exerça a profissão de forma integradora, solidária e respeitosa. Isso significa valorizar os direitos humanos, respeitar a pluralidade, as diferentes visões de mundo de quem busca apoio psicológico, seja individual, clínico, institucional ou coletivo”.

Para o desembargador, o desenvolvimento da profissão e o avanço ao respeito, à individualidade e à privacidade foi paulatinamente vencendo os preconceitos que existiam em relação a mulheres, pessoas idosas, crianças, homossexuais, transexuais, pessoas pertencentes a outras etnias. “Vencer esses preconceitos, essas falsas e inadequadas

“QUANDO FALAMOS EM PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS, QUEREMOS PENSAR UMA PSICOLOGIA QUE EFETIVAMENTE NÃO SE DESVINCULE DA POLÍTICA, QUE NÃO SE COLOQUE COMO NEUTRA, COMO UMA COISA ABSTRATA, AFASTADA DA REALIDADE. QUEREMOS FALAR SOBRE UMA PSICOLOGIA VOLTADA PARA A PRÁTICA NA QUAL ESTÁ INSERIDA, PREOCUPADA COM O MUNDO.”

Cecília Coimbra

representações significa, portanto, não mais estar refém delas. O debate relacionado à chamada cura gay, por exemplo, foi superado pela experiência científica. Hoje, quando se pensa em uma atuação institucional, como os Conselhos de Psicologia, todas as normativas – seja a DUDH, a Constituição de 1988, legislação, resoluções, Código de Ética – não dão espaço para manutenção de posições que não valorizam os avanços conquistados nessa trajetória de superação de preconceitos.”

A Psicologia deve, portanto, estar atenta a essas conquistas, respeitando os direitos de ir e vir em condições de igualdade e o reconhecimento da diversidade. “É necessário pensarmos em maneiras de eliminar as barreiras (atitudinais, comunicacionais e físicas/arquitetônicas), especialmente se tratando de pessoas com deficiência”, avalia a psicóloga Mariane Teixeira Netto Rodrigues, conselheira do CRPRS.

Direitos ameaçados

Frases como ‘direitos humanos para humanos direitos’, ‘bandido bom é bandido morto’ são cada vez mais repetidas em nossa sociedade. “As pessoas sequer compreendem a origem liberal dos direitos humanos, não sabem que liberdades econômicas, direito de ir e vir, liberdade de imprensa são direitos humanos. Direitos sociais, como os direitos à saúde e à educação, também são direitos humanos. Estamos em um momento em que muitas pessoas são movidas pelo ódio contra o diferente e ódio contra os direitos humanos. Precisamos de uma grande mobilização nacional para uma educação em direitos humanos”, afirma Paulo Leivas.

Para o advogado criminalista Roque Soares Reckziegel, coordenador adjunto da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RS e vice-presidente do Fórum Interinstitucional Carcerário, há uma espécie



de tolerância da sociedade com maus tratos, abusos e tortura das pessoas em situação de reclusão no Sistema Prisional. “O senso comum preconiza que não há nenhum problema com superpopulação carcerária, ausência de equipamentos sanitários adequados, alimentação equilibrada, assistência médica, pois vinga a ideia de que eles merecem sofrer em face dos crimes praticados.”, acredita.

O contexto social atual, com a ascensão de propostas autoritárias e regressivas de direitos, preocupa. “Subjetividades intolerantes, fundamentalistas, agressivas em que o ódio e a desqualificação do que é diferente predominam, onde a diferença tem que ser extinta. Mais do que nunca, o psicólogo deve se colocar ao lado dos direitos humanos, não de forma abstrata, mas de forma concreta, defendendo que toda e qualquer pessoa tem direitos que precisam ser respeitados. Isso não é uma posição político-partidária, é uma posição ético-política. A questão dos direitos humanos hoje se coloca como sobrevivência da humanidade e nós temos que estar nessa luta”, afirma Cecília Coimbra.

Confira em crprs.org.br/entrelinhas

→ Vídeo produzido para a EntreLinhas com depoimento da psicóloga e senadora Marta Suplicy, falando da relação de Direitos Humanos e Psicologia.

→ A doutora em Psicologia Cecília Coimbra fala sobre as subjetividades fascistas disseminadas na sociedade nos dias de hoje.

→ Doutor em Direito e desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Roger Raup Rios faz resgate histórico sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a evolução do conceito de direitos humanos na sociedade.

→ Entrevista na íntegra de Roque Reckziegel, advogado criminalista, conselheiro da Associação dos Criminalistas do Rio Grande do Sul (ACRIERGS), professor de Direito Penal na Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, coordenador adjunto da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RS e vice-presidente do Fórum Interinstitucional Carcerário, sobre Direitos Humanos e Sistema Prisional.

Saiba mais

→ Assista ao curso “Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres”: orientapsi.cfp.org.br.

→ Conheça a campanha #ÓdioNão lançada pelo Conselho Federal de Psicologia: cfp.org.br/odionao.

→ Acesse a página da ONU/BR e saiba mais sobre o tema Direitos Humanos: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos>.

→ Assista a documentário produzido pela *United for Human Rights* contextualizando a história dos Direitos Humanos: <https://bit.ly/N4ccNH>



Devemos conversar mais com nossas crianças

A psicóloga Denise Ruschel Bandeira, durante sua rigorosa formação acadêmica, transitou por diversas áreas do conhecimento em Psicologia – desde neuropsicologia até questões envolvendo a prática forense. Mas acabou, quase 30 anos depois, voltando justamente para a área que sempre lhe despertou mais interesse: a avaliação psicológica vinculada ao desenvolvimento infantil. Destino?

“Minha tese foi com crianças, meu doutorado com adolescentes, depois realizei outros estudos na área. Também estudei muito tempo o Desenho da Figura Humana feito pelas crianças. Então, parece que era para ser”, diz a profissional, que coordena o respeitado Grupo de Estudo, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica da UFRGS (GEAPAP). Para não se restringir ao campo teórico, Denise salienta o termo “aplicação” na sigla do Grupo, concretizado em ações com pais e mães, professores, agentes públicos e estudantes – tanto de graduação quanto de pós-graduação.

Nesta entrevista, Denise fala sobre o processo de desenvolvimento de um instrumento de avaliação, menciona os projetos mais bem-sucedidos do GEAPAP, explica o salto de qualidade dos testes psicológicos nos últimos 15 anos e defende a aplicação de instrumentos de avaliação do desenvolvimento infantil na rede pública de saúde como forma de detectar – e evitar – possíveis estigmas de aprendizado.

“A consulta com um pediatra dotado desse instrumento, num posto de saúde, pode ser decisiva para rastrear atrasos cognitivos”.



A senhora pode descrever o ambiente atual dos instrumentos de avaliação psicológica? Houve mudanças significativas nos últimos anos, em função do desenvolvimento tecnológico?

Muitas mudanças, mas não só em função do desenvolvimento tecnológico. Quando iniciei minha carreira de pesquisadora [por volta de 1995], ao construir um instrumento de avaliação fazíamos pesquisa bibliográfica, criávamos algumas perguntas, aplicávamos análises estatísticas e estava criado o instrumento. Havia pouca base teórica, pouco acesso a formulações teóricas, o que levava frequentemente a resultados imprecisos, pouco confiáveis. No exterior já havia uma preocupação crescente com a forma de construção, mas isso demorou a chegar aqui. Não havia internet, não havia troca de mensagens por e-mail. Hoje há mais preocupação com a qualidade desses instrumentos. Posso dizer que houve sim uma grande evolução. E também a adaptação de testes, que antes eram apenas traduzidos, sem nenhuma preocupação com contexto, avançou bastante. Esses dois fatores, a preocupação com a base teórica e com as adaptações transculturais de qualidade e análises estatísticas mais avançadas, mudaram o cenário na última década. Foi uma verdadeira revolução.



entrelinhas

ano XVIII | nº 80

Encarte

Foi uma verdadeira celebração da diferença, da inclusão, dos encontros. Durante 16, 17 e 18 de agosto, a Assembleia Legislativa e o Espaço Multipalco do Theatro São Pedro, em Porto Alegre, se transformaram em espaço livre para debates sobre ética, democracia, lugares de fala, psicoterapia, saúde do trabalhador, transmasculinidades, cidadania, formação profissional, razão e subjetividade, além de apresentações artísticas, sessões de autógrafos e lançamento de livros durante a realização do Encontro Gaúcho da Psicologia.

Cerca de 800 participantes circularam pelos ambientes do Encontro, que iniciou na quinta-feira (16/08) com um espaço de orientação profissional sobre tecnologias de informação, um debate sobre democracia, segurança pública e mídia e um fórum reunindo usuários dos serviços. O Encontro contou também com a participação de 11 instituições em uma Feira e com a apresentação de 99 trabalhos no formato de pôsteres.

Mais de 300 participantes avaliaram o evento por meio de um questionário oferecido pela empresa organizadora: dos sete itens consultados, seis receberam aprovação de 90% do público consultado.

16 A 18
DE AGOSTO
PORTO ALEGRE/RS



Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul
Ampliar ideias. Apoiar projetos.

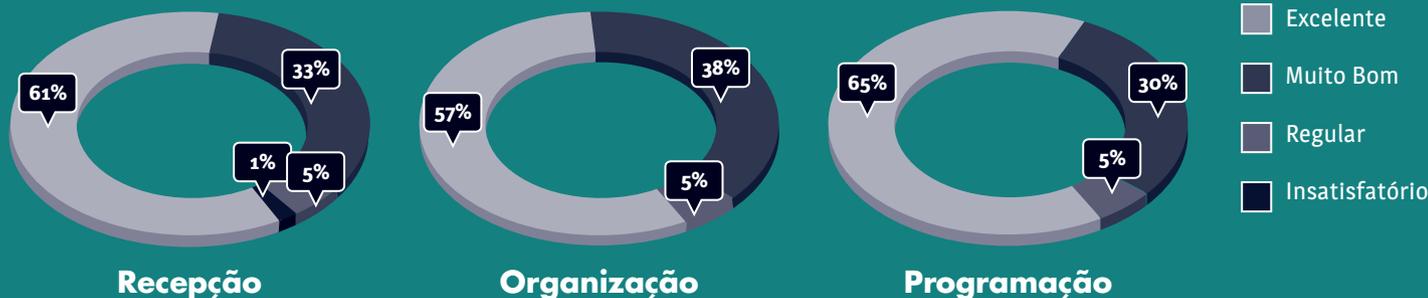


Encontro celebra a Psicologia

A então presidente do CRPRS Silvana de Oliveira abriu oficialmente o Encontro Gaúcho da Psicologia na noite de 16 de agosto e destacou a conjuntura em que se realizou o evento. "É importante dar corpo e voz a essa rede tão potente que conseguimos reunir aqui", disse ao declarar aberto o Encontro. A mesa de abertura foi completada pela presidente da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, Magda Mello, e pelo presidente do Conselho Federal de Psicologia, Rogério Giannini.

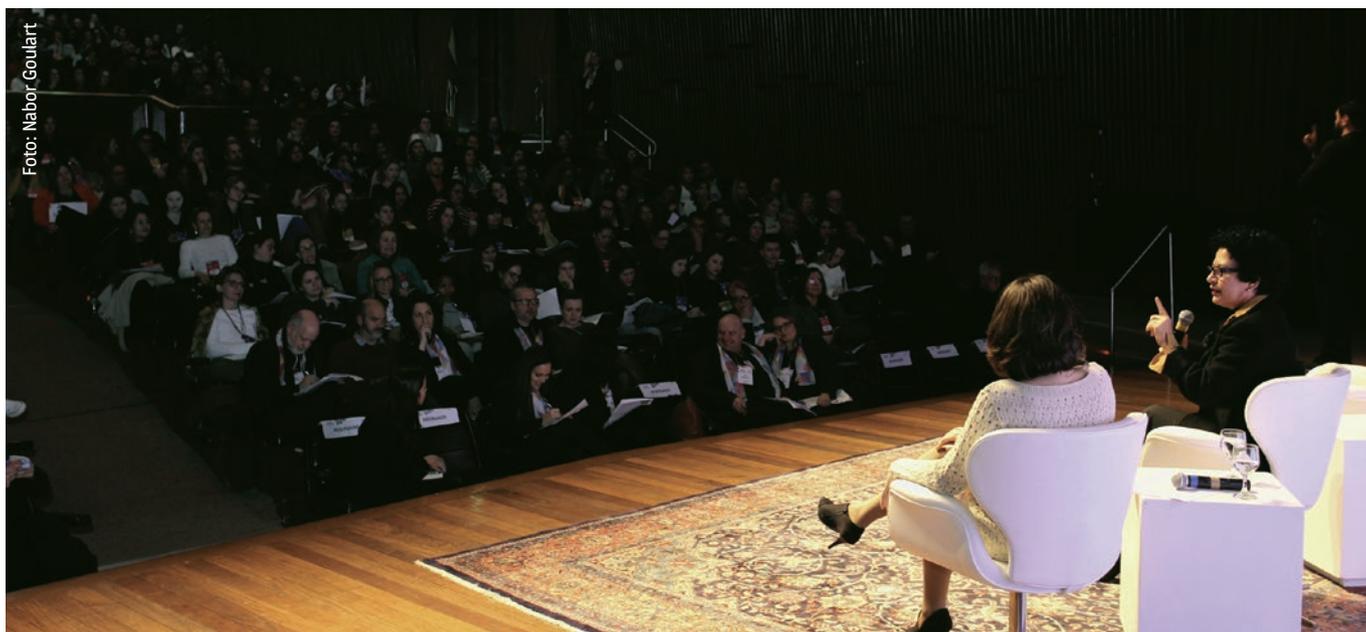
Foto: Belisa Giorgis - Comunicação CRPRS

Pesquisa de opinião



A cultura contemporânea em debate

Em três dias de atividades, o Encontro Gaúcho da Psicologia reuniu dezenas de especialistas para desvendar as novas subjetividades do mundo em rede e para projetar os desafios de uma época marcada pelo individualismo e pelas narrativas em sobreposição ao real.



A conferência de abertura, na noite de 16 de agosto, lotou o Teatro Dante Barone. A filósofa e psicanalista Viviane Mosé falou sobre o quadro atual da sociedade em rede e disse que o tradicional “pensamento em linha” está sendo substituído velozmente pelo “pensamento em simultaneidade”, que substitui a concretude da vida pela narrativa.

“O que observamos agora é uma crescente terceirização da vida, substituída pelas narrativas públicas que tomam a realidade. Mas a culpa não é da internet: trata-se apenas de um retrato da nossa impotência diante de um mundo cada vez mais hostil”, afirmou.

O primeiro dia teve também atividades à tarde. O Espaço de Orientação apresentou a Resolução CFP nº 11/2018, sobre atendimento psicológico online e demais serviços realizados por meios tecnológicos de

comunicação a distância. E a mesa sobre democracia, segurança e mídia debateu sistema prisional.

Houve mais 15 mesas temáticas e encontros durante os dias 17 e 18 de agosto – além de três conferências. Na sexta-feira (17), debates sobre formação e ética profissional, supervisão em formação psicológica, cultura da inclusão, cidadania e acessibilidade, medicalização da vida, alienação parental, assédio moral e judicialização, além do fórum de psicólogas/os trabalhadoras/es do SUAS e da encenação das peças teatrais “Aos Sãos” e “Verdades Inventadas”.

No sábado (18), o Encontro incluiu o Espaço Multipalco na programação com sessões de autógrafos e lançamento de livros. O dia ensolarado ajudou na circulação do público. Também houve apresentações artísticas, além de conversas sobre rede de serviços em saúde, assistência e educação, saúde do trabalhador, juventude e racismo institucional e de Estado.

Djamila defende disputa política pelas epistemologias raciais

A programação da sexta (17) teve como convidada especial a ativista negra Djamila Ribeiro. Na sua conferência, ela ressaltou os danos físicos e psíquicos causados pelo racismo e pela escravidão e destacou a brutalidade do colonialismo em relação às identidades negras. “O colonialismo reifica identidades como estratégia de poder. Então, todos ficamos iguais, somos homogêneos de forma a favorecer o sistema de opressão. Essa estratégia aniquila com a nossa humanidade”, denunciou. Djamila fez uma apresentação centrada em teóricas feministas. “É necessário disputar as epistemologias, conhecer outros mundos e duvidar que um pensamento dê conta de tudo. Essa tática colonialista de apagamento, esse pacto narcísico da branquitude, deixa a todos presos no mundo branco. É preciso restituir as humanidades negadas aos negros”, defendeu.



Foto: Nabor Goulart



Foto: Nabor Goulart

A busca pela perfeição é mortífera, advertiu Figueiredo

O psicanalista Luis Cláudio Figueiredo fez a primeira conferência do sábado. Ele analisou os desafios da Psicanálise em um mundo em transformação e disse que o século XX apresentou um predomínio do eixo liberal – com a valorização do individualismo. “O problema não é mais obedecer e ter disciplina, mas realizar um desempenho perfeito, indiscutível, que consiga corresponder ao supereu tomado completamente, ou quase, do conceito de eu ideal. Boa parte das pessoas sofre por não conseguir corresponder a uma idealização de si mesma”, afirmou. Para ter um desempenho ótimo e exibi-lo da forma mais disseminada possível chegamos às redes sociais. “Como decorrência desse embate, temos o cansaço, o esgotamento e a prevalência de um fundo depressivo. A busca pelo desempenho perfeito, coincidente com a imagem idealizada de si, é mortífera”, completou.

João W. Nery fez sua despedida em Porto Alegre

A última aparição pública do homem trans e ativista LGBTI João W. Nery, que morreu no final de outubro, encerrou o Encontro na tarde de sábado.

Primeiro transgênero masculino do Brasil a se submeter à cirurgia de redesignação sexual, em 1977, Nery se formou em Psicologia mas teve o registro cassado depois que trocou de identidade numa época em que a possibilidade sequer era debatida no país. O ativista deu uma verdadeira aula: disse que o grau de masculinidade e feminilidade varia de pessoa para pessoa, criticou a falta de políticas públicas para transgêneros masculinos, que considerou o movimento mais invisível da sociedade, elogiou os valores femininos e afirmou que o machismo oprime também os homens. “É um poder podre”, comparou. Foi aplaudido de pé.



Foto: Nabor Goulart

Um Encontro para ficar na história da Psicologia

Com uma programação técnica e de orientação extensa e intensa, mas também abrindo espaço para a arte e para a pesquisa científica, o Encontro Gaúcho da Psicologia poderá ser incorporado à programação oficial do CRPRS como um espaço de trocas, atualizações e debate sobre os desafios crescentes da profissão. As imagens que marcaram o evento mostram a vitalidade e a diversificação das atividades.

Fotos: Nabor Goulart



01



05



06



07



02



03



08



04



09



10

1. Gerações distintas do movimento estudantil relataram histórias. **2.** Apresentação do grupo Aos Sãos foi destaque no programa cultural. **3.** Debate sobre ética teve presença do professor William Gomes. **4.** Orientação sobre interface com judiciário teve bons debates. **5.** Saúde do trabalhador pautou um dos encontros. **6.** Apresentação de pôsteres reuniu 99 trabalhos. **7.** Feira do Livro teve autógrafos e ótimo público. **8.** Uma das mesas temáticas abordou diferentes psicologias. **9.** Mesa sobre diversidade sexual reuniu grande público. **10.** Racismo na Psicologia foi tema de debate.

A tecnologia também afeta os resultados, na medida em que interfere nos relacionamentos pessoais e no desenvolvimento infantil?

Tecnologia na condução de pesquisas é uma coisa. Promoveu uma diferença enorme nos últimos anos, como mencionei, especialmente por possibilitar o trabalho com grandes amostras. No Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (Idadi), desenvolvido aqui na Psicologia da UFRGS, fizemos uma coleta de dados presencial onde havia 800 casos de mães se relacionando com seus filhos e cerca de 1.300 questionários online. Com isso conseguimos dados de vários estados e ampliamos o estudo de forma muito grande. A tecnologia, nesse sentido, alterou muito. Outra coisa é avaliar a tecnologia no relacionamento entre pais e criança. Isso eu não posso avaliar, não sou especialista. Meu foco são os instrumentos de avaliação.

Como se desenvolve um instrumento de avaliação?

Há diferentes formas de construção, mas todas elas devem partir de um bom escopo teórico. Isso é fundamental. Foi o caso, por exemplo, de um instrumento recente desenvolvido para a área forense, que busca avaliar o relacionamento entre os pais de uma criança, ou do seu núcleo familiar, pai-pai, mãe-mãe, seja como for, que está em conflito e onde há uma disputa pela guarda. Até então, o que os psicólogos tinham como instrumento de avaliação? Entrevistas, observação, alguns testes não-específicos etc. Não havia nada específico para instrumentalizar uma avaliação sobre disputa de guarda, que é uma demanda muito presente. Foi o que desenvolvemos aqui: o Sistema de Avaliação de Relacionamento Parental (SARP) reúne um roteiro de entrevistas, um instrumento de expressão infantil – um caderninho para a criança se manifestar livremente, que chamamos de “Meu Amigo de Papel” – e uma escala de pontos para que o profissional da Psicologia ou da Assistência Social proceda a uma avaliação de forma mais científica possível.

À primeira vista parece um procedimento simples.

Sim, mas apenas parece. O desenvolvimento demandou quatro anos de pesquisas. O primeiro passo, que já demanda muita discussão, foi



chegarmos à conclusão de que um instrumento específico para essa avaliação era necessário. A partir daí, começamos a problematizar: o que temos de avaliar? O que um pai, ou uma mãe, precisa ter para ficar definitivamente com a criança? E outras questões. Então, buscamos as teorias do desenvolvimento infantil, as teorias do relacionamento familiar, houve entrevistas com profissionais da Psicologia e da Assistência Social, com pais e com mães, com crianças, com juízes, sempre analisando os dados, até montarmos o constructo do instrumento de avaliação com as várias dimensões do relacionamento parental: a dimensão da rotina escolar, do afeto com a criança, do afeto entre o casal, que apoio os responsáveis podem dar à criança, inclusive financeiro etc.

A senhora é bastante reconhecida por esses trabalhos sobre desenvolvimento infantil. Como chegou a esse tema?

Além do tema da avaliação psicológica, sempre gostei muito da questão do desenvolvimento infantil, já que antes de ser professora, antes da carreira acadêmica, trabalhei em pré-escolas e em clínicas, com crianças. Mas depois, ao longo da pós-graduação, acabei me dedicando quase que exclusivamente à avaliação psicológica. Nas orientações de mestrado e doutorado, meu foco passou a ser construção e adaptação de instrumentos de avaliação – o que me

levou a diversas áreas temáticas, como bem-estar, neuropsicologia, religião. Até psicologia forense, como já mencionei. Ampliei muito os meus estudos a partir dos interesses dos alunos.

Mas, com isso, acabava tangenciando a área de avaliação psicológica com crianças. Até que decidi me focar definitivamente na avaliação vinculada ao desenvolvimento infantil. Desde que resolvi me focar mais nisso, seleciono os alunos de mestrado e doutorado para essa linha de pesquisa. Antes disso eu realizei vários estudos que eram com crianças. Minha tese foi com crianças, meu doutorado com adolescentes, depois realizei outros estudos na área. Também estudei muito tempo o Desenho da Figura Humana [teste para crianças]. Na realidade, então, nunca deixei de estudá-las. Era para ser.

A senhora pode falar sobre o Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil?

O Inventário, ou Idadi, ao qual já me referi, é um teste para ser aplicado em pais de crianças de zero a seis anos – ou, mais precisamente, de quatro a 72 meses – que busca detectar problemas de desenvolvimento em relação à faixa etária. Está em processo de refino, são quatro anos de trabalho em cima dele. Construímos aqui no Brasil porque tivemos muitas dificuldades em questões envolvendo direitos autorais de instrumentos já existentes, o que dificultou eventuais adaptações. Bem, diante das dificuldades, veio a pergunta: por que não criamos o nosso próprio instrumento? E a conclusão foi que era importante criar um modelo brasileiro de mensuração desses problemas porque as crianças se

comportam de forma diferente em lugares diferentes. As crianças brasileiras não são iguais às crianças dos Estados Unidos, não estão submetidas aos mesmos estímulos ou dificuldades. Algumas questões, obviamente, são universais, independentemente do lugar onde se mora. Mas outras não.

Pode citar alguma que chamou mais a atenção?

A linguagem, por exemplo. Aqui no Brasil, por incrível que pareça, as populações de baixa renda se comunicam muito menos com os filhos, falam muito pouco com eles. Então, a qualidade do desenvolvimento da linguagem é diferente nessas populações, tem diferença em relação a outras classes sociais. A diferença é impressionante. E, quanto maior a escolaridade dos pais, maior é o desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, dos aspectos cognitivos. Não quer dizer que em rendas mais altas também não se observe esse fenômeno, não é isso. Nem que isso é determinante ou que toda criança de classe mais baixa tenha esse prejuízo. Mas nas pesquisas com o Idadi os dados mostram: mais do que ir ou não à escola, à creche, a escolaridade da mãe influencia fortemente o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Isso pode ter relação com o papel subalterno que crianças costumam ter em famílias mais tradicionais?

Não é bem isso. Não se trata apenas de conversar ou não conversar, obedecer ou não. É algo relacionado diretamente à baixa escolaridade: menor escolaridade, menor vocabulário. E tem a ideia de que não é necessário conversar, a criança cresce solta, sozinha, sem ajuda. Isso é muito presente, muitos pais não são instruídos sobre a importância de estar com seus filhos. Por isso tantos programas sociais investem na conscientização do quanto é importante brincar com as crianças. Não é só falar ou mandar nas crianças, volto a dizer: é brincar falando, trocar fralda e alimentar dizendo afetivamente o que está fazendo, explicando cores, descrevendo formas etc. O Idadi vai ajudar muito nesse sentido, detectando atrasos no desenvolvimento. Outra coisa importante foi criar um instrumento em que pais e mães com menos escolaridade possam responder, ou seja, que as perguntas façam sentido para eles.



Esses estímulos podem melhorar o desenvolvimento cognitivo das crianças?

Pelo que tenho estudado, fazem muita diferença esses primeiros seis anos da criança que, em geral, são fora da escola. Aí que se vê a importância desses programas oficiais de apoio à família. A importância de brincar, de conversar, de estimular é imensa. Os estudos mostram isso direto.

Mostram de que forma?

Se não acontecem nos primeiros seis anos, se esses estímulos são falhos, essas falhas vão se acumulando e aí o desenvolvimento, e consequentemente a capacidade de aprendizagem da criança, é seriamente prejudicado. Mas se a base é boa, se há afeto, o processo é favorecido. Depois que a criança entrou na escola, a contribuição é saber como se dá o processo de aprendizagem, como a criança raciocina, como memoriza, se é bom memorizar, de que jeito. Lamentavelmente, a Psicologia, de certa forma, largou esses assuntos, que também não são atribuições específicas de pedagogos. O cérebro não é o foco deles. É o nosso. Ou seja, temos que contribuir de alguma forma. Na minha opinião podemos instrumentalizar as professoras para essas questões, para a qual elas naturalmente não têm formação.

Como o Idadi poderá auxiliar na melhoria do padrão de desenvolvimento cognitivo de crianças oriundas de famílias de baixa renda?

Nosso objetivo é oferecer uma versão simplificada, e gratuita, para ser utilizada no âmbito da saúde pública. Percebemos que muitos pediatras não têm esse conhecimento, sobre eventuais atrasos no desenvolvimento infantil, ou mesmo não conseguem detectá-los. Às vezes os sinais não são claros ou as consultas são muito rápidas. E, por outro lado, também há desinformação por parte de mães e pais. A consulta com um pediatra dotado desse instrumento, num posto de saúde, pode ser decisiva para rastrear atrasos cognitivos, de forma que se possa intervir precocemente.

Como a senhora vê a situação atual da avaliação psicológica?

É uma área muito valorizada. A lei que regulamenta a Psicologia lista a avaliação como umas das quatro atividades exclusivas aos psicólogos, ou seja, é um campo dos profissionais da nossa área. Considerando isso, todo psicólogo que se forma deveria ter capacidade de trabalhar com testes e avaliação. Mas os cursos de graduação têm falhado nessa formação específica, pois há uma preocupação com o caráter generalista da Psicologia. Algumas áreas dentro da nossa profissão também questionam os princípios da avaliação, acreditam que se trata de rotular as pessoas, dar-lhes um número. Ou que bota as pessoas dentro de uma caixa, classifica-as para o resto da vida. É uma dicotomia que temos: por um lado, os cursos de graduação deveriam ser muito voltados para a avaliação; por outro, há uma certa desvalorização dentro da própria Psicologia.

A mediação por artefatos eletrônicos tem afetado o desenvolvimento infantil?

Os estudos mostram que a tecnologia está aí, não tem como combatê-la. Mas os limites são importantes, de acordo com a idade de cada criança. Assim como o limite que os pais devem estabelecer em relação a seus próprios equipamentos eletrônicos. Momento de brincar é momento de brincar, não é para estar no celular. Mas como brincar? Um tablet pode ser um brinquedo. Então, acho que tem muito a ver com a postura de cada um, com a forma de se relacionar com a tecnologia. Por que não explorarem juntos o equipamento? Estabelecendo essa interação, um celular passa a ser mais um brinquedo – e não o vilão. O que importa é a relação. Podia ser um quebra-cabeças, mas é um tablet. Só que as pessoas não se dão conta disso. Pais que abusam da tecnologia, porque tudo fica de fato mais fácil, não são do mal. Eles simplesmente não sabem como fazer. Estamos estudando aqui o que tem de mais novo, só que esse novo não está chegando lá – nas famílias, onde deveria chegar. Então fazemos palestras, rodas de conversa. Na Clínica de Avaliação Psicológica da UFRGS (CAP) criamos um programa para pais com atendimento, orientação, grupos, palestras em escolas, que é uma forma de ajudar nesse processo do desenvolvimento infantil. Os pais têm uma enorme necessidade de falar sobre isso, de ver que há outros pais passando pelas mesmas dificuldades.

Aos Sãos



Lembrar os esquecidos, os marginalizados, os jogados fora. Este foi o principal impulso para a criação do espetáculo “Aos Sãos”. A peça foi vencedora do Prêmio Açorianos Revelação 2016 nas categorias Espetáculo e Melhor Direção, para Thais Andrade, e estreou no circuito profissional de teatro em 2017. “Aos Sãos” conta a história de cinco pacientes psiquiátricos internados no Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, o maior sanatório do Brasil, que funcionou até os anos 1980. Essas pessoas foram internadas por motivos diferentes, algumas delas sequer tinham diagnóstico de doença mental, mas todas, aos serem enclausuradas, sofriam com a desnutrição, o frio, o tratamento de eletrochoques, a falta de asseio, entre outros maus tratos que eram recorrentes no Colônia. O espetáculo traz à tona as más condições em que eram submetidos os internos e, com isso, resalta a importância da luta antimanicomial. Acompanhe a agenda de apresentações do espetáculo em [facebook.com/teatroaossaos](https://www.facebook.com/teatroaossaos).

Sublimantes



Com uma proposta irreverente e de inovação, o grupo Sublimantes busca – por meio da música – divulgar e criar novas formas de produção de sentido para a Psicologia e para as pessoas que procuram, de alguma maneira, adentrar nesse universo de estudo. Acesse bandasublimantes.blogspot.com ou a página da banda no Facebook para saber mais.

Os Jardineiros



Uma mistura de rock e poesia. Assim é o trabalho de “Os Jardineiros”. “A explosão do rock dos anos 90 foi o propulsor do movimento consoante em que se encontraram os amigos. A psicodelia da juventude inspirou as composições, o Roll do Rock levou os caras pro palco, pro estúdio. O desejo-pulso-punk encontrou sofisticação-na-suave-idade. Ideias, parceria, som e poesia transpirada no frio, carregam Os Jardineiros”, assim se definem os músicos. O trabalho da banda pode ser conferido em [soundcloud.com/osjardineiros](https://www.soundcloud.com/osjardineiros) e no Spotify.

Ternurinha



Uma mulher que mora nas ruas de Florianópolis, sem paradeiro ou família, desprovida de escolaridade, e que palestra por toda a região sul do Brasil. Talvez você já a tenha visto por aí, ou não. Essa é a Ternurinha, personagem criada pela atriz Tefa Polidoro, que trata do tema da invisibilidade pública.

Saiba mais em grotaternurinha.webnode.com.

Aos Sãos, Os Jardineiros, Sublimantes e Ternurinha integraram a programação do Encontro Gaúcho da Psicologia, evento realizado em agosto pelo CRPRS.

Diálogo entre a Nutrição e a Psicologia



O trabalho interdisciplinar realizado de forma ética é de extrema importância em vias de otimizar o sucesso no tratamento do paciente em busca de uma melhor qualidade de vida.

O diálogo entre os profissionais da Psicologia e da Nutrição deve ser realmente uma escuta interativa para que o paciente evolua efetivamente nas questões que o levaram a buscar ajuda. A importância de se pensar juntos modos de lidar com as dificuldades do paciente pode ser determinante para a eficácia e o sucesso do tratamento.

Nos encaminhamentos feitos por psicólogos aos nutricionistas, quanto mais clara estiver descrita a situação do paciente e a sua motivação, melhor será o prognóstico. Dessa forma, o nutricionista terá melhor compreensão, através do diagnóstico descrito pelo psicólogo, de suas motivações, dificuldades

e/ou patologias. Quanto mais elementos que esclareçam as condições psicológicas do paciente houver, melhor será o resultado obtido no tratamento interdisciplinar. Além do encaminhamento por escrito, é de extrema importância, sempre que possível, os profissionais conversarem pessoalmente, pois a troca direta trará elementos que ajudarão numa compreensão mais global do paciente.

O psicólogo poderá fazer o encaminhamento ao nutricionista sempre que observar que o paciente necessita de cuidados por outro especialista, por exemplo, devido a uma autoimagem distorcida da realidade ou quando apresentar quadro de transtornos alimentares como anorexia ou bulimia. O encaminhamento também se faz necessário quando o profissional constata que o paciente não pode ingerir ou tem uma ingestão limitada de alguns alimentos, ou vários, no caso de alergias ou intolerâncias alimentares. Ainda deve ser orientado a procurar um nutricionista aquele paciente que poderá estar em risco em função de situações que envolvam questões alimentares. Por meio desse encaminhamento, o paciente terá maior conhecimento para procurar um profissional habilitado que poderá lhe ajudar de forma efetiva.

MARISE DOS SANTOS AGUIAR

Conselheira do Conselho Regional de Nutricionistas – 2ª Região

Pós-graduada em Nutrição Clínica Funcional - VP - Unicsul
Mestre em Gastroenterologia e Hepatologia - UFRGS

Organização Mundial da Saúde lança nova Classificação Internacional de Doenças

Em junho deste ano, a Organização Mundial da Saúde lançou a décima primeira versão da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). A CID-11 mapeia a condição humana desde o nascimento até a morte: qualquer condição de saúde ou doença que nos deparemos ao longo da vida – e qualquer coisa da qual possamos morrer – é codificado. Essas estatísticas formam a base para quase todas as decisões na saúde tomadas hoje e possibilitam a decisão sobre como programar Serviços de Saúde (como o SUS), alocam recursos e investem em pesquisa e desenvolvimento.



Em um mundo de 7,4 bilhões de pessoas falando quase 7.000 idiomas, a CID fornece um vocabulário comum para registrar, relatar e monitorar problemas de saúde. Cinquenta anos atrás, seria improvável que uma doença como a esquizofrenia fosse diagnosticada de forma semelhante no Japão, no Quênia e no Brasil. Agora, se um médico em outro país não puder ler os registros médicos de uma pessoa, ele saberá o que significa o código da CID. Sem a capacidade da CID fornecer dados padronizados e consistentes, cada país ou região teria suas próprias classificações, que provavelmente só seriam relevantes no local em que fossem usadas. A padronização, portanto, possibilitou a análise global de dados de saúde.

Em junho de 2018, 18 anos após o lançamento da CID-10, a Organização Mundial da Saúde lançou a primeira versão da CID-11, permitindo que se planeje sua implementação. Ela será apresentada para adoção dos Estados Membros em maio de 2019 (durante a Assembleia Mundial da Saúde) e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A nova classificação foi atualizada para o Século 21 e reflete avanços na ciência. Por ser totalmente eletrônica, a nova versão pode ser facilmente integrada a aplicativos de saúde e sistemas de informação, o que tornará a ferramenta muito mais acessível. Outra característica importante é que a CID-11 foi produzida de forma transparente e colaborativa, cujo escopo é sem precedentes na sua história.

A inclusão ou exclusão de condições na CID não diz respeito à qualidade ou à eficácia de um tratamento. As revisões nas inclusões de condições de saúde sexual, por exemplo, foram feitas quando a evidência das pesquisas não estava alinhada com questões culturais. Assim, a CID-6, publicada em 1948, classificou a homossexualidade como um transtorno mental, sob a suposição de que esse suposto desvio da norma refletia um transtorno de personalidade. Posteriormente, na década de 70, a homossexualidade foi removida da CID e de outros sistemas de classificação de doenças. Agora, a incongruência de gênero também foi removida dos transtornos mentais na CID e passa a constar nas condições de saúde sexual. O raciocínio

A INCONGRUÊNCIA DE GÊNERO FOI REMOVIDA DOS TRANSTORNOS MENTAIS NA CID E PASSA A CONSTAR NAS CONDIÇÕES DE SAÚDE SEXUAL.

é que, embora haja evidências claras de que a incongruência de gênero não é um transtorno mental – e de fato classificá-la assim pode causar enorme estigma para as pessoas trans – ainda há necessidades de cuidados de saúde para serem atendidos que exigem que a condição seja codificada pela CID.

No que diz respeito à saúde mental, os códigos da CID são especialmente importantes, uma vez que são ferramenta de diagnóstico. Transtornos por jogos eletrônicos e outros comportamentos viciantes, como o transtorno de acumulação, cuja evidência mostra que são problemas de saúde e requerem rastreamento através da CID, estão agora incluídos na CID-11. Além disso, condições como “desejo sexual excessivo” foram reclassificadas como “transtorno do comportamento sexual compulsivo”.

Outra mudança significativa na seção de transtornos mentais da CID-11 é a tentativa de simplificar os códigos o máximo possível para permitir a codificação das condições de saúde mental pelos profissionais que atuam na atenção básica em saúde e não somente pelos especialistas em saúde mental. Este será um movimento importante, uma vez que o mundo ainda tem uma escassez de especialistas em saúde mental – 9 em cada 10 pessoas que necessitam de cuidados de saúde mental não o recebem.

Saiba Mais:

->**Lale Say**, coordenadora do Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisa da OMS, explica, em um vídeo publicado pela OMS, o que muda sobre a transexualidade na CID-11.

<https://bit.ly/2K5FKtt>

->**Shekhar Saxena**, diretor do departamento de saúde mental e abuso de substâncias da OMS, fala sobre mudanças relacionadas à Saúde Mental na CID-11.

<https://bit.ly/2K4SkZY>

Psicoterapia na saúde complementar requer cuidados

Profissionais da Psicologia devem estar atentos às Resoluções sobre o tema e ao cumprimento do contrato por parte da operadora do plano.



A inclusão da Psicoterapia no rol de procedimentos oferecidos pelos planos de saúde fez com que houvesse um aumento na adesão por parte de psicólogas/os a essa modalidade de atendimento. Cabe destacar que a Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) 428/2017 estabelece o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde com cobertura obrigatória pelos planos de saúde suplementar, conforme a segmentação do plano.

A/O psicóloga/o, portanto, deve estar atenta/o aos regramentos estabelecidos pela operadora quando da contratação do plano. Deve verificar, também, as cláusulas do contrato a ser assinado, especialmente se as normas e práticas vigentes estão de acordo com questões técnicas e éticas da profissão. Um plano de saúde não pode estabelecer regras que possam ferir o estabelecido pelo Código de Ética Profissional da/O Psicóloga/o.

Assim, a cobertura mínima obrigatória, de 18 sessões de Psicoterapia por ano de contrato, pode ser realizada por profissional psicóloga/o ou médico. Há ainda as coberturas obrigatórias de no mínimo 40 consultas/sessões com psicóloga/o e/ou terapeuta ocupacional e de, no mínimo, 12 consultas/sessões com psicóloga/o por ano de contrato, estabelecidos os critérios para a possibilidade da cobertura.

A/O psicóloga/o pode orientar que a/o usuária/o verifique quais procedimentos fazem parte da cobertura mínima que seu plano de saúde é obrigado a oferecer. Se a oferta não for atendida, cabe ao usuário verificar e exigir, junto a seu plano ou à ANS(0800-701-9656 ou www.ans.gov.br), o cumprimento da resolução, bem como o estabelecido em no seu contrato.

A atuação da/o psicóloga/o nesse campo, em especial quando da oferta da Psicoterapia, deve seguir o estabelecido pela Resolução CFP 010/2000. A Resolução reafirma a autonomia da/o psicóloga/o em dimensionar a duração do atendimento e conduzir as intervenções necessárias à qualificada prestação de serviços psicológicos, considerando-se as necessidades específicas de cada usuário.

A COBERTURA MÍNIMA OBRIGATÓRIA, DE 18 SESSÕES DE PSICOTERAPIA POR ANO DE CONTRATO, PODE SER REALIZADA POR PROFISSIONAL PSICÓLOGO OU MÉDICO.

Também deve estar atento ao que preconiza a Resolução CFP 01/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos – em especial quanto à obrigação do registro dos serviços psicológicos, em forma de prontuário, e sua permanente atualização e organização pela/o profissional.

Ainda o artigo 15 da Resolução Normativa ANS nº 428/2017 torna obrigatória a cobertura do diagnóstico, tratamento, recuperação e reabilitação de doenças relacionadas ao processo de trabalho, listadas na Portaria GM/MS 1339/1999, conforme os procedimentos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde para cada segmentação.

A/O psicóloga/o deverá cumprir com suas obrigações éticas e técnicas perante o usuário de um plano de saúde suplementar, podendo prestar informações administrativas e de diagnóstico (inclusive utilizando a Classificação Internacional de Doenças) à respectiva operadora, considerando naturalmente o sigilo e a confidencialidade das informações obtidas em seu trabalho.

ÁREA TÉCNICA DO CRPRS

Coordenação Técnica: Lucio Fernando Garcia

Psicólogos Fiscais: Adriana Dal Orsoletta Gastal, Flávia Cardozo de Mattos e Letícia Giannechini

Você Sabia Que...

As atividades do CRPRS são organizadas considerando a divisão geográfica de nosso estado em sede, subsedes e polos. Essa organização permite a descentralização das ações e gera maior proximidade com as/os mais de 21 mil psicólogas/os ativas/os no estado.



Os Polos do CRPRS são espaços institucionais, criados para que a categoria tenha uma referência do Conselho mais próxima geograficamente. São organizados e estruturados pelas/os psicólogas/os das regiões e propostos ao CRPRS. Gostaria de organizar um polo na sua região? Confira o regramento e o procedimento em <http://bit.ly/2C9asMz>.

Programe-se

Janeiro

CURSO | Terapia Comportamental Dialética (DBT)

Início em janeiro de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 994207008
ensino@cefipoa.com.br
www.cefipoa.com.br

CURSO | O Luto no Indivíduo e na Família - Curso básico

Início em janeiro de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 994207008
ensino@cefipoa.com.br
www.cefipoa.com.br

CURSO | Intervenção em Crise: Emergências e Urgências

Início em janeiro de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 99420 7008
ensino@cefipoa.com.br
www.cefipoa.com.br

DEBATE | Introdução às Terapias Comportamentais Contextuais

Início em janeiro de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 994207008
ensino@cefipoa.com.br
www.cefipoa.com.br

Março

CURSO | Especialização em Psicoterapia Psicanalítica

Início em março de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 33339684
iabuchaim@terra.com.br,
institutoabuchaim@terra.com.br

CURSO | Especialização de Gestão em Psicologia Escolar

Início em março de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 35165681
cape@capepsi.com.br
www.capepsi.com.br

CURSO | Especialização em Avaliação Psicológica

Início em março de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 994207008
ensino@cefipoa.com.br
www.cefipoa.com.br

CURSO | Formação em Psicoterapia Psicanalítica da FUMM

Início em março de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 33333266
fummm@mariomartins.org.br
www.mariomartins.org.br

CURSO | Especialização em Terapia Sistêmica com Indivíduos, Casais e Famílias

Início em março de 2019
Porto Alegre e Caxias do Sul / RS
(51) 994207008
ensino@cefipoa.com.br
www.cefipoa.com.br

CURSO | Especialização ou Aperfeiçoamento em Terapias Comportamentais Contextuais ou de Terceira Geração

Início em março de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 994207008
ensino@cefipoa.com.br
www.cefipoa.com.br

CURSO | Formação em Terapia de Esquemas: Certificação Internacional ISST/EUA

Início em março de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 33332123
neapcterapiascognitivas@neapc.com.br
www.neapc.com.br

CURSO | Especialização em Psicologia Escolar e Gestão

Início em março de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 35165681
cape@capepsi.com.br
www.capepsi.com.br

CURSO | Especialização em Neuropsicologia

Inscrições até 29/03/2019
Porto Alegre / RS
(51) 32253501
portoalegre@ipog.edu.br
www.ipog.edu.br/curso/saude/
neuropsicologia

Abril

CURSO | Curso de Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental

Início em abril de 2019
Porto Alegre / RS
(51) 994207008
ensino@cefipoa.com.br
www.cefipoa.com.br

CONGRESSO | Congresso Internacional de Psicologia: Cenários Atuais e Perspectivas em Psicologia

26 e 27/04/2019
Passo Fundo / RS
(48) 991414555
contato@ibecdobrasil.com.br
www.ibecdobrasil.com.br

Setembro

WORKSHOP | Treinamento da Terapia de Casal Focada nas Emoções (EFT) com casais

24 a 27/09/2019
Porto Alegre / RS
(51) 994207008
ensino@cefipoa.com.br
www.cefipoa.com.br

Quer divulgar a atividade de sua instituição neste espaço?

O EntreLinhas 81 chegará às/aos psicólogas/os em abril de 2019. Para divulgar sua atividade na próxima edição, preencha o formulário no link crprs.org.br/solicitardivulgacao até 20/02/2019.

A atividade será avaliada pela Área Técnica do Conselho e, sendo aprovada, será publicada na Agenda de Atividades de outras Instituições do site do CRPRS e do EntreLinhas.

A/O PSICÓLOGA/O BASEARÁ O SEU TRABALHO
NO RESPEITO E NA PROMOÇÃO DA

LIBERDADE,
CUIDADO EM LIBERDADE

DIGNIDADE,
RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

IGUALDADE,
NÃO DISCRIMINAÇÃO

INTEGRIDADE
DO SER HUMANO,
PRIVACIDADE E SIGILO

APOIADA/O NOS VALORES QUE EMBASAM
A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 70 anos no dia 10 de dezembro de 2018. Referência inspiradora do Código de Ética dos Psicólogos, a Declaração enumera os princípios fundamentais que devem ser observados na atuação profissional.

#PsicologiaPelosDireitosHumanos



Ampliar ideias. Aproximar pessoas.

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS		REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> CEP	
<input type="checkbox"/> FALECIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O N° INDICADO	____/____/____
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO	____/____/____
		RESPONSÁVEL

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970